

# Calango II

Calango 2 Energia Renovável S.A. CNPJ nº 12.107.047/0001-38 Companhia Fechada



## RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2012

### Senhores Acionistas,

A Administração da CALANGO 2 Energia Renovável S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 que representam a situação da Sociedade no período mencionado. Estamos ao inteiro dispor de Vossas Senhorias para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

ATIVO	Notas	31/12/12	31/12/11	PASSIVO	Notas	31/12/12	31/12/11
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	43.086	226	Fornecedores	7	2.921	-
Títulos e valores mobiliários	4	2	1	Empréstimos e financiamentos	8	909	-
Impostos e contribuições a recuperar	5	78	-	Impostos e contribuições a recolher	9	249	-
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>43.166</b>	<b>227</b>	Dividendos e juros sobre capital próprio	10	71	-
				Partes relacionadas	12	242	-
				<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>4.392</b>	-
				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				Empréstimos e financiamentos	8	47.104	-
Títulos e valores mobiliários	4	1.811	-	Partes relacionadas	12	-	660
Imobilizado	6	37.493	435	<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>47.104</b>	<b>660</b>
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>39.304</b>	<b>435</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	11		
				Capital social		30.745	1
				Reservas de lucros		16	1
				Proposta de distribuição de dividendos adicionais		213	-
				<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>30.974</b>	<b>2</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>82.470</b>	<b>662</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>82.470</b>	<b>662</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 1 Informações Gerais

A empresa **Calango 2 Energia Renovável S.A.** é uma sociedade de propósito específico (SPE), 100% FE Participações S.A., que é uma SPE 100% Força Eólica do Brasil S.A. Calango 2 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Calango 2, produto do segundo Leilão de Fontes Alternativas da ANEEL em 2010. Está localizado nos municípios de Bodó/Santana do Matos (RN) com operação prevista para o segundo semestre de 2013. Este parque eólico conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 30 MW e energia contratada de 11,8 MW médios.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 30/01/2013, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

### 2 Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

#### 2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

#### 2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

#### 2.3. Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

Em 2012 as alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") com base no lucro real são de 25% e 9%, respectivamente.

#### 2.4. Instrumentos financeiros

##### a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outros créditos.

##### a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

##### a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa de o ativo expirarem;

A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

##### b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e financiamentos classificados como valor justo por meio do resultado, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	31/12/12	31/12/11
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	-	-
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS</b>	-	-
<b>LUCRO BRUTO</b>	-	-
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>	-	-
Receitas financeiras	415	1
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>415</b>	<b>1</b>
Imposto de renda e contribuição social	(116)	-
Corrente	(116)	-
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>299</b>	<b>1</b>
<b>LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R\$</b>		
Ordinária	0,01	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

Saldo em 31 de dezembro de 2011	Reservas de Lucros				Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Lucros Acumulados		
de 2011	1	-	1	-	-	2
Aumento de capital	30.744	-	-	-	-	30.744
Lucro líquido do exercício	-	-	-	299	-	299
Destinações:						
Reserva legal	-	15	-	(15)	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	(284)	213	(71)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>30.745</b>	<b>15</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>213</b>	<b>30.974</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

	31/12/12	31/12/11
<b>FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL</b>		
Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício (antes dos impostos)	415	1
	<b>415</b>	<b>1</b>
<b>(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>		
IR e CSLL a Recuperar	(99)	-
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(16)	-
Outros ativos	2	-
	<b>(113)</b>	<b>-</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS</b>		
Fornecedores	2.921	-
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	194	1
Partes relacionadas	(420)	660
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(24)	-
<b>CAIXA ORIUENDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>2.671</b>	<b>661</b>
<b>CAIXA ORIUENDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>2.973</b>	<b>662</b>
<b>ATIVIDADE DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de imobilizado	(36.646)	(435)
<b>GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(38.457)</b>	<b>(436)</b>
<b>ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>78.344</b>	<b>-</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>42.860</b>	<b>226</b>
Caixa e equivalentes no início do exercício	226	-
Caixa e equivalentes no final do exercício	43.086	226
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA</b>	<b>42.860</b>	<b>226</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## → Continuação

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

### b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

### b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

### 2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

### 2.6. Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

### 2.7. Empréstimos, financiamentos

As obrigações em moeda nacional e estrangeira são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

### 2.8. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na Interpretação Técnica ICPC 08 – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído, a título de dividendos, após destinação da reserva legal.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

### 2.9. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03").

### 2.10. Novos Pronunciamentos Contábeis

#### 2.10.1. Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2012

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2012.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações: ICPC 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos - aprovado pela Deliberação CVM nº 683, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - aprovado pela Deliberação CVM nº 687, de 4 de outubro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 17 (R1)/IAS 11 - Contratos de Construção - aprovado pela Deliberação CVM nº 691, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 30 (R1)/IAS 18 - Receitas - aprovado pela Deliberação CVM nº 692, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 35 (R2)/IAS 27 - Demonstrações Separadas - aprovado pela Deliberação CVM nº 693, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação - aprovado pela Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

#### 2.10.2 - Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB

Em junho de 2011, o *International Accounting Standards Board - IASB* emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01/01/2013:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros - O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substituiu em parte o IAS 27 (CPC 36).

IFRS 11 Operações conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substituiu requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis Brasileiro, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

## 3 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/12	31/12/11
Caixa e Depósitos bancários à vista	40	21
Fundos de investimento	43.046	205
<b>Total</b>	<b>43.086</b>	<b>226</b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, podendo conter diversos ativos tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

## 4 Títulos e Valores Mobiliários

Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/12	31/12/11
Banco do Brasil	Fundo BB Polo	(*)	CDI	1.813	1
<b>Total</b>				<b>1.813</b>	<b>1</b>
Circulante				2	1
Não circulante				1.811	-

(\*) Aplicações sem vencimento pré-determinado.

## 5 Impostos e Contribuições a Recuperar

	Ref.	31/12/12	31/12/11
<b>Circulante</b>			
Imposto de renda - IR	(a)	41	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	21	-
Imposto sobre serviços - ISS		16	-
<b>Total</b>		<b>78</b>	<b>-</b>

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) antecipado corresponde aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

## 6 Imobilizado

O valor dos ativos imobilizados está composto da seguinte forma:

Em curso	31/12/12		31/12/11
	Custo	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	208	208	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	7.987	7.987	-
Adiantamento a fornecedores	(a) 28.116	28.116	-
A ratear	(b) 1.182	1.182	435
<b>Total</b>	<b>37.493</b>	<b>37.493</b>	<b>435</b>

(a) O saldo é referente ao adiantamento para o contrato de fornecimento de equipamentos e serviços essenciais para a construção dos parques eólicos.

(b) A rubrica "A ratear", destina-se ao reconhecimento dos custos realizados em benefícios da obra, que não sejam passíveis de alocação direta ao respectivo tipo de bem ou direito. A atual administração entende que a alocação dos custos será realizada na iminência de entrada em operação da usina; os custos serão rateados proporcionalmente aos custos diretos atribuídos a cada ativo, salvas as particularidades e naturezas dos custos a ratear.

A movimentação do Imobilizado está apresentada a seguir:

	Em curso		Total
	Custo	Valor líquido	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>435</b>	<b>435</b>	<b>435</b>
Adições	37.058	37.058	37.058
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>37.493</b>	<b>37.493</b>	<b>37.493</b>

## 7 Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

Fornecedores	31/12/12	31/12/11
Materiais e serviços	2.921	-
<b>Total</b>	<b>2.921</b>	<b>-</b>
Circulante	2.921	-

## 8 Empréstimos e Financiamentos

A Companhia obteve junto ao BNDES contrato de financiamento direto, assinado em 3 de julho de 2012, e Aditivo nº 1 ao Contrato, assinado em 23 de agosto de 2012, destinado à construção e implantação da central geradora eólica na localidade Bodó/RN, com capacidade de 30 MW e com 15 Aerogeradores G87 fornecidos pela empresa Gamesa Eólica do Brasil, cujas condições contratuais são as seguintes:

Composição da dívida	Taxa efetiva	Encargos		Principal	Total
		Circulante	Não circulante		
BNDES FINEM	TJLP + 2,18%	413	496	47.104	48.013
<b>Total</b>		<b>413</b>	<b>496</b>	<b>47.104</b>	<b>48.013</b>

A captação junto ao BNDES foi realizada em moeda nacional, com a taxa de TJLP + 2,18%, prazo total de 18 anos, pagamento dos juros e amortização do principal mensais, com data de início de pagamento de 15 de agosto de 2014. A operação tem garantia da Neoenergia prestada na forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de O&M. Até o momento o BNDES liberou para a Companhia R\$ 47.600. Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	31/12/12
2014	2.975
2015	2.975
2016	2.975
2017	2.975
Após 2017	35.204
<b>Total</b>	<b>47.104</b>

Mutações de empréstimos e financiamentos:

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Não circulante	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	-	-	-
Ingressos	115	47.485	47.600
Encargos	413	-	413
Transferências	381	(381)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>909</b>	<b>47.104</b>	<b>48.013</b>

## 9 Impostos e Contribuições a Recolher

Circulante	31/12/12		31/12/11
	IR	CSLL	
Imposto de renda - IR	115	-	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	37	-	-
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	58	-	-
Imposto sobre serviços - ISS	39	-	-
<b>Total</b>	<b>249</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A seguir é apresentada reconciliação da despesa (receita) dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

	Acumulado		31/12/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	415	415	1	1
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	415	415	1	1
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	104	37	-	-
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(-) Exclusões				
Outras exclusões	(25)	-	-	-
	(25)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	79	37	-	-

## 10 Dividendos

**Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido**

Ações ordinárias 30.745

**Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado**

Lucro líquido do exercício 299

Absorção de prejuízo acumulado (1)

**Constituição da reserva legal (15)**

**Base de cálculo do dividendo 283**

Dividendos mínimos obrigatórios 71

**Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:**

Dividendos propostos 71

A formação dos saldos é como segue:

	31/12/12
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>71</b>
Dividendos e juros sobre o capital próprio: Propostos	71
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>71</b>

## 11 Patrimônio Líquido

### a) Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2012 R\$ 30.745 (R\$ 1 em 2011).

A composição do capital social realizado por classe de ações e acionistas é a seguinte:

	Lote de mil ações	
	Ações Ordinárias	%
<b>Acionista</b>		
FE Participações	30.745	100,00
<b>Total</b>	<b>30.745</b>	<b>100,00</b>
R\$ Mil		
	Ações Ordinárias	
	Única	%
<b>Acionista</b>		
FE Participações	30.745	100,00
<b>Total</b>	<b>30.745</b>	<b>100,00</b>

## 12 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

Empresas	Natureza de Operação	31/12/12			31/12/11	
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo
CELPE	Debêntures - Aplicação/Emissão	152	-	-	-	-
	Debêntures - Aplicação/Emissão	24	-	-	-	-
	<b>Total</b>	<b>176</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
ITAPEBI	Debêntures - Aplicação/Emissão	238	-	-	-	-
	<b>Total</b>	<b>238</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
FE PARTICIPAÇÕES	Dividendos	-	70	-	-	-
	<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>70</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	Reembolso de Despesa	-	238	-	-	-
	<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>238</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Neoenergia S.A.	Contrato de Mútuo	-	-	(16)	-	660
	<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(16)</b>	<b>-</b>	<b>660</b>

## 13 Gestão de Risco Financeiro

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

### Considerações Gerais e Políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem *rating* considerado estável ou muito estável.

### Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os períodos de 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e Equivalentes de caixa - são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;
- Títulos e valores mobiliários - são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos no longo prazo, sendo registrados, a valor justo por meio do resultado, e classificados como destinados para negociação imediata;
- Contas a receber de clientes e outros - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

✓ Empréstimos, financiamentos em moeda nacional com o BNDES - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da